

# Iniciativas não formais na Educação

**A** Unicef, as Fundações Odebrecht e Maurício Sirotsky Sobrinho, os Institutos Ayrton Senna e Credicard, a Vitae Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, e a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho acabam de publicar estudo que mostra a importância das iniciativas não formais na educação profissionalizante de adolescentes. Trata-se do trabalho *Educação Profissional de Adolescentes – Cadastro das Iniciativas Não Formais*.

Para se ter idéia da extensão do levantamento, basta dizer que mais de mil organizações não-governamentais (ONGs) são responsáveis, em todo o País, pela iniciação profissional de 230 mil adolescentes oriundos de famílias de baixa renda. O que impressiona no estudo, além dos números, é o perfil das atividades oferecidas pelas ONGs: são programas ou cursos não regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ou pela legislação relativa aos serviços nacionais de aprendizagem.

Esse conjunto de atividades paralelas ao ensino oficial chama a atenção, especialmente, porque promovido por ONGs. São grupos que, geralmente ar-

ticulados em redes internacionais, pautam suas atividades por uma moderna combinação de pragmatismo, antipaternalismo, desburocratização e eficiência. Sem sofrer os impactos negativos da demora burocrática e das injunções políticas, as ONGs têm revelado extraordinária capacidade de adaptação ao processo de globalização, sensibilidade na identificação de prioridades e agilidade na correção dos inevitáveis desvios de curso. Tudo o que falta aos governos parece sobrar às ONGs. Daí a impressionante expansão dessas organizações na última década.

De outra parte, sem menosprezar a função do Estado e das escolas tradicionais, as ONGs profissionalizantes demonstram o quanto é arcaica a divisão entre escola e trabalho. Sempre se acreditou que a formação profissional devesse ser função exclusiva das escolas ditas formais, particularmente, das universidades. Mais: pensava-se a escola como uma etapa preliminar, distinta e afastada da realidade do trabalho. Vê-se, hoje, que a distinção entre trabalho e escola não faz mais sentido. Primeiro, porque, na sociedade tecnológica, o período de aprendizado nas escolas formais tende logo a tornar-se

obsoleto no mercado de trabalho. Depois, em razão dos locais de trabalho – fábricas, escritórios, centros comerciais e, agora, residências – terem se transformado em verdadeiros núcleos de educação, treinamento, readaptação e reciclagem continuada. Finalmente, pelo fato de que, como indicam diversos estudos, um significativo porcentual da jornada de trabalho nos setores mais modernos da economia é dedicado ao aperfeiçoamento educacional.

É certo que o estudo liderado pela Unicef, que cadastrou as entidades não formais, ainda não revelou os métodos de trabalho dessas ONGs. A segunda etapa da pesquisa, já prevista, deverá estudar esse aspecto. Entretanto, até mesmo pela ostensiva distância das instituições oficiais, é possível prever que essas iniciativas, centradas no mercado de trabalho, pensem a educação menos como o cumprimento de uma grade curricular e mais como a preparação do adolescente para o mundo do trabalho. Não se espera da formação profissional a habilitação

para uma função específica. A produção moderna exige um novo comportamento. Versatilidade, adaptabilidade e multifuncionalidade são características de um sistema produtivo que por isso pede trabalhadores com conhecimentos amplos e genéricos.

## **Na sociedade moderna, a distinção entre escola e trabalho começa a perder seu sentido**

A evasão na escola média é elevada. Em boa parte, isso se deve à necessidade do jovem começar logo a trabalhar para auxiliar no orçamento doméstico. Es-

truturas curriculares de pouca utilidade e interesse, e profissionalizantes, que poderiam ser alternativas válidas, oferecem pouquíssimas vagas. Por isso, as experiências educacionais das ONGs não podem ser ignoradas. Resta saber se esse tipo de ensino não fica reduzido à aprendizagem de poucas habilidades técnicas, sem criar condições para que os jovens, uma vez empregados, atinjam níveis crescentemente elevados de escolarização. Outro risco, nada desprezível, é o de uma formação excessivamente profissional, preocupada apenas com a promoção individual e a produtividade.